



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12610 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

FORMAÇÃO INICIAL DE DOCENTES NO SUDOESTE DA BAHIA

Daniela Oliveira Vidal da Silva - UFBA - Universidade Federal da Bahia

Vera Lúcia Fernandes de Brito - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Claudio Pinto Nunes - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL SUDOESTE BAHIA

FORMAÇÃO INICIAL DE DOCENTES NO SUDOESTE DA BAHIA

INTRODUÇÃO

As questões relacionadas à profissão do docente no Brasil passou a fazer parte das reformas educacionais da década de 1990, construindo-se a partir de então um discurso de valorização desse profissional, regulamentado nas legislações posteriores à Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988). Entretanto, sempre é preciso ressaltar que as reformas educacionais dos anos de 1990 foram construídas sob o ideário do Estado Neoliberal, norteadas por uma agenda pautada em padrões de organismos internacionais para a profissão docente.

Dentre muitos outros marcos regulatórios importantes para a questão da valorização docente no Brasil destaca-se o documento de referência aprovado a partir da Conferência Nacional de Educação (CONAE) que serviu de base para a elaboração da Lei 13.005/14, que aprovou o atual Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024.

As deliberações da Conae se articulam a movimentos em prol dessa valorização, envolvendo embates na tramitação e aprovação do PNE, políticas e diretrizes nacionais visando superar um cenário marcado pela necessidade de diretrizes nacionais para as carreiras, piso salarial nacional para todos, melhoria das condições de trabalho e garantia de formação inicial e continuada para os profissionais da educação. (DOURADO, 2016, p. 38).

Conforme estabelecido na meta 15 do PNE 2014-2024, no prazo de um ano a partir da sua vigência, deveria existir uma política nacional de formação dos profissionais da educação, entretanto, somente no ano de 2016 que tal política foi instituída através da publicação do Decreto 8.752/2016 (Brasil, 2016), que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, que apresenta as diretrizes específicas para formação inicial e continuada de professores, em seu artigo 8º.

Neste quesito já é possível identificar que os prazos estabelecidos para cumprimento das metas e estratégias do PNE 2014-2024 já não estão sendo respeitados nas políticas educacionais de âmbito nacional/federal, uma vez que a aprovação da política se deu um ano após prazo previsto na lei que aprova o PNE.

A partir de informações disponibilizadas na Plataforma Online Observatório do PNE, foi possível perceber que houve um aumento no número de docentes da Educação Básica com formação superior no país, comparado aos índices de formação no período entre 2007 e 2015. No ano de 2007 apenas 68,4%, totalizando 1.284.565 tinham curso superior, já no ano de 2015 esse número subiu para 1.670.823 docentes, equivalente a 76,4% dos professores da Educação Básica no Brasil possuíam formação superior.

Assim, este estudo objetivou analisar a formação inicial dos professores das redes municipais do Território de Identidade do Sudoeste Baiano - TISOBA e do Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia - TIMSOBA, tomando como base o tipo de instituição e a modalidade de oferta dos cursos de graduação. Vale ressaltar que esta pesquisa é um recorte de duas pesquisas maiores que analisam a valorização da carreira docente nos referidos Territórios de Identidade.

Sobre Territórios de Identidade (TI), desde o ano de 2007 a Bahia passou a utilizar este conceito para designar a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social dos Municípios do Estado da Bahia. No ano de 2010 foi o Decreto nº 12.354/2010 (Bahia, 2010), que no artigo 1º § 1º, traz a seguinte denominação:

Considera-se Território de Identidade o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos; e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial. (BAHIA, 2010, p. 1).

Atendendo aos objetivos do governo estadual e as necessidades dos municípios baianos, a configuração dos Territórios de Identidade sofreu ajustes e, atualmente, está consolidada conforme Lei nº 13.468, de 29 de dezembro de 2015, que aprova o Plano

Plurianual 2016-2019, ampliando para 27 Territórios.

Metodologicamente optou-se pelo estudo de natureza exploratória, valendo-se de abordagem qualitativa, que se utiliza de informações quantitativas para fundamentar as características e aspectos que envolvem as políticas educacionais relacionadas à formação docente. Em paralelo percebeu-se a necessidade de realizar pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos científicos, periódicos, dissertações e teses, ou seja, documentos de domínio científico.

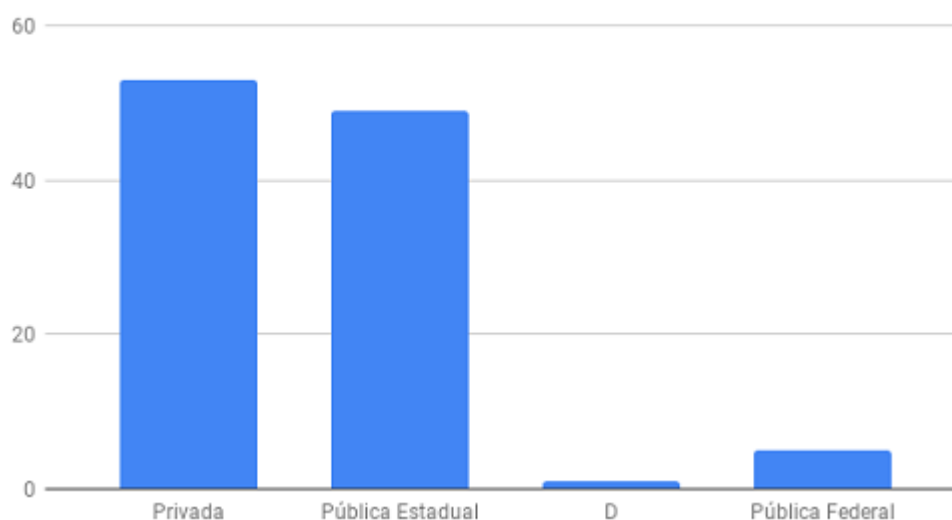
Escolheu-se como instrumentos de técnicas de coletas de dados deste estudo, a pesquisa de campo, considerada de fundamental importância para compreensão do objeto escolhido. A pesquisa de campo foi caracterizada por uma pesquisa do tipo *survey* que pode ser descrita como a obtenção de dados ou informações sobre características, ações ou opiniões de determinado grupo de pessoas, assim foi aplicado um questionário virtual, elaborado a partir da Plataforma On-line Google Docs, com os professores das redes municipais do TISOBA e do TIMSOBA, buscando obter mais informações sobre as características que envolvem a formação inicial de docentes dos referidos Territórios.

DESENVOLVIMENTO

Os dados a seguir apresentam o resultado da análise de questões relacionadas às características da formação inicial de docentes das redes municipais pertencentes ao Território de Identidade do Sudoeste Baiano e ao Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia. Para tal finalidade, foram analisadas as respostas obtidas de 221 questionários, sendo 107 (cento e sete) de docentes pertencentes ao TISOBA e, 114 (cento e quatorze) respondidos por professores do TIMSOBA.

Gráfico 1 - Tipo de Instituição que os docentes do TISOBA cursaram a Graduação

Em que tipo de instituição você cursou sua graduação?



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos questionários *online* respondidos, 2019

O gráfico 1 revelou que 49,1% dos professores do TISOBA concluíram sua graduação em instituição de ensino superior pertencentes à rede privada; Já 45,4% cursaram em instituições públicas estaduais. Os dados coadunam com os estudos que afirmam ser o quadro de formação docente desprovido de políticas consistentes tanto em âmbito federal, quanto estadual e municipal. Hypolito (2012) revela que boa parte da formação docente vem sendo realizada em instituições privadas e que a busca pela formação tem ocorrido por iniciativas individuais.

Vale ressaltar que 4,6% afirmaram ter concluído suas graduações em instituições de ensino superior da rede pública federal. O que nos faz inferir que esses cursos não foram realizados nas instituições existentes no TISOBA, visto que a única Universidade Federal presente está situada na cidade de Vitória da Conquista e, esta, ainda não possui curso de licenciatura plena. Uma única pessoa, representando 0,9% dos respondentes afirmou ter concluído a graduação em outro tipo de instituição, porém não especificou.

Tabela 01 - Distribuição dos docentes pertencentes às redes municipais do TIMSOBA quanto ao tipo de instituição que concluíram o ensino superior (curso de graduação)

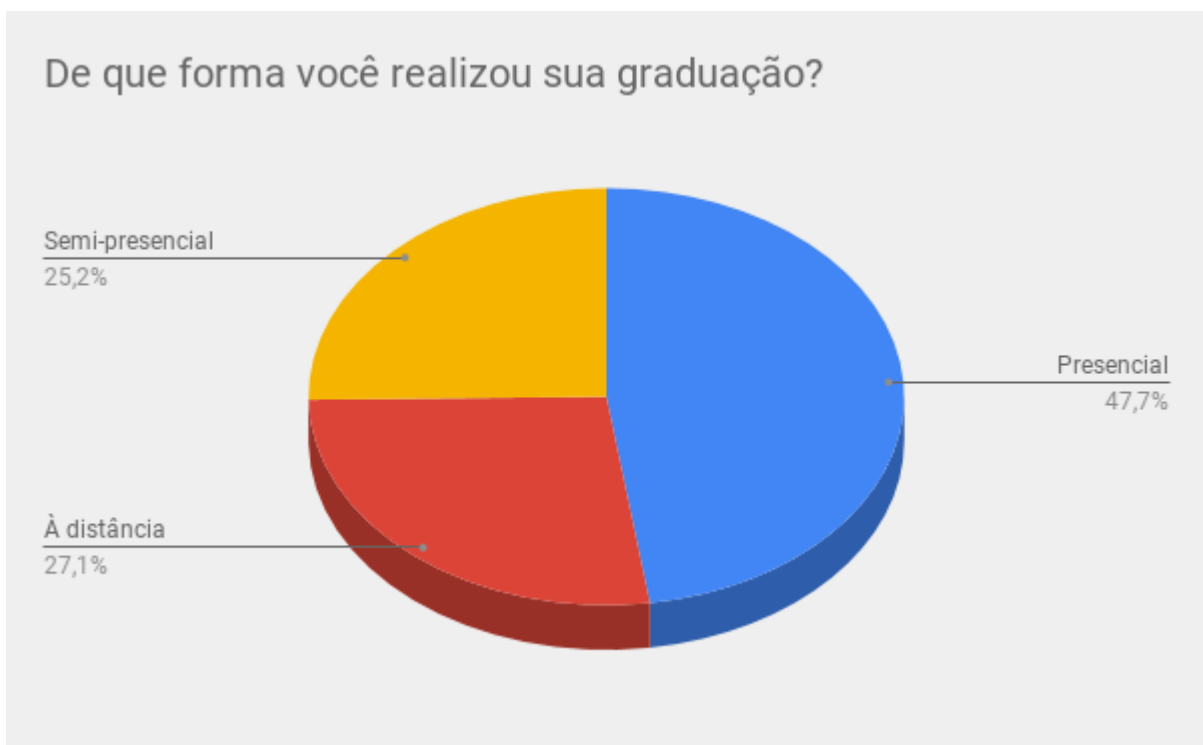
Tipo de Instituição	Número de docentes	Percentual de docentes
Privada	55	48,2%
Pública Estadual	51	44,7%
Pública Federal	5	4,4%
Não tenho curso superior	3	2,7%
Total	114	100%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do questionário da pesquisa, 2018

A tabela 01 apresenta a distribuição dos docentes pertencentes às redes municipais do TIMSOBA quanto ao tipo de instituição que concluíram o ensino superior (curso de graduação). Quando investigados, 55 professores (48,2%) responderam que obtiveram formação inicial em nível de graduação na rede privada de ensino, na rede pública estadual foram 51 (44,7%), para rede pública federal foram identificados 5 docentes (4,4%), e foram localizados ainda 3 profissionais do magistério (2,7%) sem curso superior.

Os dados acima permitem ainda observar que a porcentagem de docentes investigados que concluíram sua formação inicial em instituições públicas e privadas são muito semelhantes. Mesmo se somados os egressos da rede pública estadual e federal, estas alcançam apenas um quantitativo de 56 professores, o que equivale a apenas a 49,1%, do quantitativo de professores que egressos do ensino superior. O percentual de professores que realizam a formação inicial na rede privada é elevado, levando em consideração, principalmente, a presença de um *campus* da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) no município de Itapetinga. A UESB *campus* Itapetinga oferece cursos de licenciatura em pedagogia, química, física e biologia e mesmo assim um total significado de 55 docentes (48,2%) é egresso da rede privada de ensino.

Gráfico 2: Modalidade de Ensino que os docentes do TISOBA cursaram a Graduação



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos questionários *online* respondidos, 2019

O gráfico 2 revela que no TISOBA prevalece o formato presencial de cursar o ensino superior. O que também pode ser justificado pelo fato de existir um pólo universitário no Território. Este formato foi representado pelos respondentes num percentual de 47,7%. Já as formas semi-presencial e à distância, perfazem 25,2% 27,1% respectivamente. Ao somarmos os professores que fizeram cursos na modalidade semi-presencial e à distância, tem-se um total de 52,3% de professores, ultrapassando assim os que concluíram suas graduações na modalidade presencial.

Tabela 02 - Distribuição dos docentes pertencentes às redes municipais do TIMSOBA de acordo modalidade educacional em que concluíram o ensino superior (curso de graduação)

Modalidade Educacional	Número de docentes	Percentual de docentes
Presencial	66	57,9%
Semi-presencial	25	21,9%
À distância	20	17,5%
Não tenho curso superior	3	2,7%
Total	114	100%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do questionário da pesquisa, 2018

Em relação à modalidade educacional em que docentes pertencentes às redes municipais do TIMSOBA concluíram o ensino superior (curso de graduação) identifica-se que os mesmos realizaram a graduação em sua maioria na modalidade presencial. Os dados da tabela 13 mostram 57,9%, o que equivale a um quantitativo de 66 professores, que estudaram em Instituições presenciais, enquanto 21,9%, que representa 25 sujeitos, frequentaram cursos na modalidade semi-presencial. Os docentes que concluíram o ensino superior em instituições que ofertam cursos à distância representam 17,5% do total, ou seja, 20 profissionais. Na tabela anterior é possível ainda verificar que 3 docentes não tem curso superior.

Nesta perspectiva, os dados demonstram que mais da metade dos docentes do TISOBA e do TIMSOBA, não frequentaram as instituições de ensino superior, diariamente, na sua fase de formação inicial, ou seja, não foram formados em cursos presenciais. O que pode evidenciar a discussão sobre a qualidade dessa formação e revelar suas fragilidades na capacitação desses professores.

Neste sentido, Maués, Segenreich e Otranto (2015) afirmam imprescindível que a formação inicial seja realizada no formato presencial, revelando que para a formação

continuada faz-se interessante considerar a possibilidade de ser ofertada na educação à distância, porém nos convida a refletir quanto à qualidade dessas formações, já que dela depende, dentre outras variáveis, que o Brasil tenha uma educação transformadora.

A caracterização dos docentes respondentes da pesquisa pertencentes às redes municipais dos dois Territórios de Identidade, quando ao tipo de instituição onde concluíram o ensino superior (curso de graduação), coaduna com dados disponibilizados por Carvalho (2018) no documento que retrata o “Perfil do Professor da Educação Básica”, o qual apresenta que os professores brasileiros, em sua maioria, obtiveram o nível superior em instituições privadas, conforme percentuais de 57% (2009), 60% (2013) e 45% (2017).

Considerações Finais

O presente estudo científico se propôs a realizar uma investigação sobre a caracterização da formação inicial dos docentes pertencentes às redes públicas municipais dos Territórios de Identidade Sudoeste da Bahia e Médio Sudoeste da Bahia, tomando como referência a política de valorização da carreira, presente no Documento Referência da CONAE 2014, que culminou no atual Plano Nacional de Educação, que se materializa com metas que englobam a valorização docente numa perspectiva positiva de implementação das políticas para valorização da docência, envolvendo as questões da formação, carreira, remuneração e condições de trabalho.

Contudo, é importante destacar que a partir do ano de 2016, o cenário político nacional passou por muitas alterações e, conseqüentemente, as políticas educacionais, por ser parte integrante deste processo, também sofreu o impacto destas transformações, interferindo diretamente nas questões relacionadas à valorização dos profissionais do magistério no país, trazendo impactos negativos para a questão da valorização da profissão docente no Brasil, interferindo no cumprimento de todas as metas previstas no PNE 2014-2024.

Referências

BAHIA. **Decreto nº 12.354, de 25 de agosto de 2010**. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências. Salvador: BA. 2010. Disponível em :<http://www.demacamp.com.br/svo/assets/decreto_2010_12354_institui-o-programaterrit%C3%B3rios-de-identidade-e-d%C3%A1-outras-provid%C3%Aancias.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2018

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html>. Acesso em: 29 out. 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso em: 30 agosto. 2016.

BRASIL. **Decreto n. 8.752, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Presidência da República. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2016a. Disponível em: Acesso em: 25 Abr. 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes. Valorização dos profissionais da educação Desafios para garantir conquistas da democracia. **Retratos da Escola**, Brasília, CNTE, v. 10, n. 518, 2016. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/649/671>>. Acesso em: 13 set. 2016.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Trabalho docente na educação básica no Brasil: as condições de trabalho. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Fraga (org.). **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 211 -229.

MAUÉS, Olgaíses; SEGENREICH, Stella; OTRANTO, Célia. **As políticas de formação de professores: a expansão comprometida**. Revista Educação em Questão. Natal, vol. 51, nº 37, p. 42-72, jan./abr. 2015.

Palavras-Chave: Valorização docente. Políticas Públicas. Formação docente.